



PARECER ÚNICO Nº 1328175/2016 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	3830/2004/001/2015	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva - LOC VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos		

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Poço Tubular	Proc. 12000/2015	Sugestão pelo Deferimento
Poço Tubular	Proc. 9025/2017	Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR:	SOUZA CRUZ S/A	CNPJ:	33.009.911/0261-03
EMPREENHIMENTO:	Fazenda Burli da Prata	CNPJ:	33.009.911/0261-03
MUNICÍPIO:	Prata	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y 19° 16' 56"	LONG/X	49° 15' 38"
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
☐ INTEGRAL ☐ ZONA DE AMORTECIMENTO ☐ USO SUSTENTÁVEL ☒ NÃO			
BACIA FEDERAL:	Rio Paranaíba	BACIA ESTADUAL:	Rio Tiúco
UPGRH:	PN3	SUB-BACIA:	Rio da Prata
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	
G-03-02 6	Silvicultura	01	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Amara Borges Amara		CRBio: 057655/04-D	
Luciano Gerolim Leão		CRBio: 049411/04-D	
Kheima Torga dos Santos		CRBio: 049431/04-D	
Rafael Foltz Fava		CRBio: 070678/04-D	
Renata Pacheco do Nascimento		CRBio: 057466/04-D	
José Afonso do Prado Júnior		CRBio: 093859/04-D	
Rafaela Brasil Bastos		CRBio: 087087/04-D	
Alisson Martins de Oliveira		CREA MG: 114622	
Rafael Mendes Rosa		CREA MG: 151350	
João Paulo Soares de Cortes		CREA MG: 149053	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 165506/2015		DATA: 12/11/2015	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Alexsandro Pinto do Carvalho - Analista Ambiental	1.149.816-9	
Carlos Frederico Guimarães - Gestor Ambiental	1.161.938-4	
Erica Maria da Silva - Gestora Ambiental	1.254.722-0	
Ana Luiza Moreira da Costa - Gestora Ambiental	1.314.284-9	
Joelma Maria Santos Silva - Gestora Ambiental	1.100.180-7	
De acordo: José Roberto Venturi - Diretor Regularização Ambiental	1.198.078-6	
De acordo: Kamila Borges Alves - Diretora do Controle Processual	1.151.726-5	



T. Introdução

O presente Parecer Único se refere à análise do processo de solicitação de Licença de Operação em caráter Corretivo do empreendimento Souza Cruz S.A – Fazenda Buriti da Prata, localizado no município de Prata/MG.

O empreendimento é enquadrado, segundo a Deliberação Normativa nº74/2004, onde se define os empreendimentos e atividades que estão sujeitas ao licenciamento ambiental, na classe 01 e pequeno porte, para a atividade de "Silvicultura"- código G-03-02-6.

Entretanto, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, as atividades agropecuárias que contemplem áreas acima de 1.000 ha que figuram na lista orientativa da Resolução CONAMA nº 01/1986, são passíveis de apresentação de EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental para fins de Licenciamento Ambiental.

Sendo assim foi emitido o FOB nº 0145645/2015, reanquadrando o empreendimento na Classe 3 e exigindo o Estudo de Impacto Ambiental como pré-requisito à formalização do pedido de licenciamento ambiental.

Conforme Formulário de Caracterização do empreendimento-FCE as atividades se encontram implantadas na Fazenda Buriti da Prata desde o ano de 1981.

No dia 12/11/2015 foi realizada vistoria/fiscalização, pela equipe técnica da SUPRAM TMAP, ao empreendimento conforme Auto de Fiscalização nº 165506/2015.

No dia 07/12/2015, foi solicitado Informações Complementares, conforme Ofício SUPRAM TMAP nº 2815/2015. A resposta às informações complementares foi protocolada nesta SUPRAM TM AP em 26/04/2016.

O Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e Plano de Controle Ambiental- PCA foram elaborados pela empresa EKOS PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA.

O empreendimento apresentou a inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF/APP – IBAMA de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

O imóvel em questão se encontra cadastrado junto ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural de Minas Gerais – SICAR-MG, conforme protocolo de inscrição anexado ao processo de licenciamento ambiental.

O empreendimento possui Anuência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sobre avaliação dos impactos do empreendimento em patrimônio arqueológico.

As informações aqui relatadas foram extraídas dos estudos apresentados e por constatações em vistoria realizada pela equipe técnica da SUPRAM TM AP.

2. Caracterização do Empreendimento



O acesso à propriedade ocorre partindo do entroncamento da BR-153 com a BR-497, na cidade de Prata sentido Campina Verde, percorrendo-se 17 km. Após conversão à direita, em estrada municipal não pavimentada, deverão ser percorridos mais 28 km até a entrada da fazenda, conforme Figura 1. O escritório possui coordenadas geográficas de Latitude 18°15'54"S e Longitude 49°15'33"O.

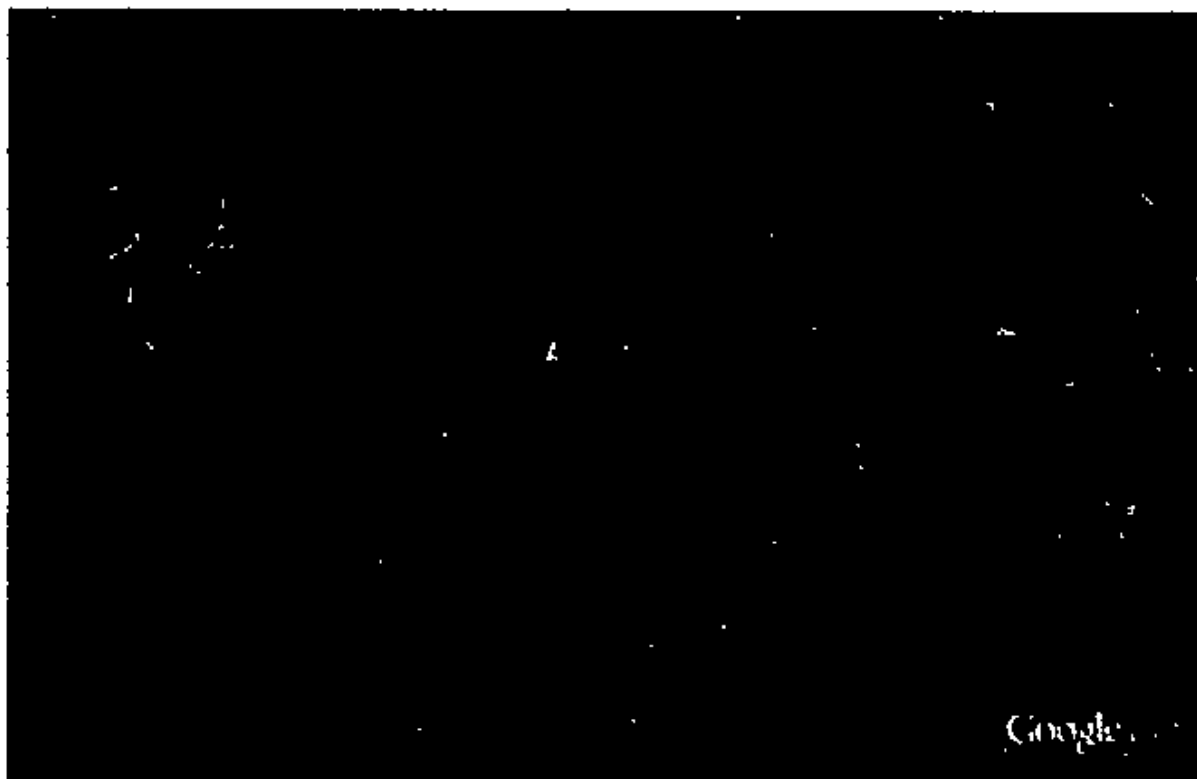


Figura 01. Vista aérea do limite da propriedade.
Fonte: Google earth

A Fazenda Buntl da Prata possui uma área total de 2.823,5321 hectares e desenvolve a atividade de silvicultura desde o ano de 1981 com a finalidade de suprir a demanda por madeira de utilização em caldeiras, da fábrica de cigarros da Souza Cruz S/A localizada em Uberlândia/MG. Para tanto, o plantio de eucalipto ocorre numa área 1.580,6366 hectares. Tab. 01.

Taboia 01. Distribuição das áreas da Fazenda Buntl da Prata

Silvicultura	1.580,63/ha
Área de Preservação Permanente	101,24 ha
Reserva Legal Averbada	788,25ha
Cerrado Remanescente	18,72 ha
Corredores/leito	223,66ha
Pasto	9,42 ha
Estrada municipal	11,17 ha
Total	2.823,63 ha

02/ha



A empresa demanda um volume de aproximadamente 30 000 metros/estêreis de madeira por ano. A colheita de madeira em áreas próprias responde pelo abastecimento integral de sua unidade de produção de cigarros, sendo o planejamento da produção florestal da SOUZA CRUZ S.A. definido em função da demanda na unidade industrial. Devido ao grande volume de lenha em pé, não é realizado novo plantio de eucalipto, sendo apenas conduzida a rebrota nas áreas cortadas.

O desenvolvimento das atividades inerentes à silvicultura, tais como corte, colheita, baldeio e carga e descarga da madeira, é realizado por empresa parceira contratada. Para a realização de suas atividades a empresa terceirizada conta com diversos equipamentos como tratores, caminhões e motosserras, sendo mantidos bem conservados e com plano de manutenção monitorados pela empresa contratante. O transporte de lenha da fazenda para a fábrica da Souza Cruz é realizado por outra empresa terceira.

2.1 Descrição das Atividades

Conforme EIA, o produto florestal da Fazenda Buriti da Prata é a lenha para garantir o abastecimento energético da unidade industrial de Uberlândia, a empresa optou pela condução da rebrota das cepas após o corte raso dos talhões plantados. As principais etapas produtivas da fazenda estão descritas abaixo:

Controle da brotação

O controle ou o combate da rebrota das cepas cortadas é realizado em caso de reforma do talhão, para melhorar as condições de desenvolvimento da floresta, reduzindo a concorrência e aumentando a disponibilidade de luz, água e nutrientes para as novas plantas.

Para realizar esta atividade, os responsáveis seguem as recomendações do fabricante do produto a ser utilizado no controle da rebrota, bem como utilizam todos os EPI's (Equipamento de Proteção Individual) recomendados. A ficha de emergência de cada produto deve estar disponível junto aos mesmos na área de armazenamento.

Preparo do solo

O preparo do terreno pode variar em função da região e das condições do talhão no momento do plantio. O método reduzido de preparo do solo deve ser utilizado, provocando baixos níveis de mobilização do solo e minimizando possíveis efeitos adversos. O último plantio realizado na Fazenda Buriti da Prata ocorreu no ano de 2010, mas caso haja necessidade de realizar novo plantio, estes cuidados serão adotados.

Adubação



As adubações são feitas seguindo as recomendações feitas por profissional habilitado, com base nas análises do solo realizadas nas áreas a serem implantadas.

Colheita florestal

A sequência geral das atividades de colheita florestal deve ser a seguinte:

- Derrubada de árvores

Esta atividade é realizada manualmente por equipes treinadas e formadas por um motosserrista e um auxiliar munido de estuque para facilitar o direcionamento de queda das árvores. Atualmente, suprimem-se uma média de 5 a 6 hectares por mês de eucalipto.

- Desgalhamento

Operação manual realizada pela equipe de corte. Os galhos devem ser cortados rente ao tronco e devem permanecer na área. Após a derrubada de um pequeno número de árvores (3 a 5), o motosserrista deve proceder o desgalhamento com a própria motosserra ajudado pelo seu auxiliar munido de facão ou machado.

- Seccionamento

Operação manual onde o motosserrista deve fazer o seccionamento das toras com a própria motosserra utilizando um gabarito de madeira (varinha do Eucalipto) para a marcação das dimensões desejadas.

- Baldeio

É feito com autocarregável e consiste na retirada da lenha da esplanada (dentro dos leitos do corte), para uma estrada principal ou perímetro/aceiro, onde os caminhões "bi-tren" possam ser carregados. O baldeio deve ser realizado tendo atenção às condições do solo, especialmente quanto à sua umidade e sua capacidade de sustentação, devendo-se evitar a realização da atividade quando a compactação do solo for evidente ou a formação de sulcos profundos.

- Carregamento

Essa operação é feita mecanicamente por um carregador florestal (grua) e consiste na retirada da lenha da pilha e colocação nos "bi-trens".

- Transporte



Operação que consiste no traslado da madeira/lenha do estaleiro, na floresta, para os depósitos nas unidades do processamento do fumo e fabricação de cigarros. Após a lenha ser colocada nos "bi-trens", o transporte é feito até a fábrica da SOUZA CRUZ S.A. em Uberlândia/MG.

Construção e manutenção de estradas

Algumas estradas e carreadores hoje existentes na fazenda foram construídas por ocasião da implantação dos atuais projetos de florestas energéticas pois, considerando que a topografia da área é bastante variada, houve necessidade de serviços de terraplenagem. Em alguns pontos, periodicamente é feito o recobrimento com cascalho, como forma de garantir a trafegabilidade.

Aceiros

Os aceiros são utilizados como método de prevenção do atestramento de incêndios, sendo estabelecidos nas divisas com outras propriedades e mantidos sem vegetação expressiva durante o período mais seco e quente do ano (agosto a dezembro), o que deve ser feito através da gradagem pesada.

2.2 - Infraestrutura

Existem na Fazenda Buriti da Prata estruturas físicas que servem de apoio ao processo produtivo, como galpões, escritórios, casas para colaboradores, refeitório, almoxarifado, cômodo para armazenamento de combustíveis utilizados nos equipamentos (motosserras) e lavador de veículos leves.

Quanto aos veículos e maquinários agrícolas, no Quadro 1 é apresentada a relação dos equipamentos utilizados na Fazenda Buriti da Prata durante todo o ano, seja para o plantio, colheita, manutenções, deslocamento de funcionários, entre outros. Além dos veículos descritos no quadro abaixo, a empresa possui ainda alguns implementos agrícolas tais como: motosserra, roscadeira, pulverizador, carreta, grade niveladora e grua.

Quadro 1. Veículos e maquinários de propriedade

Veículo/Equipamento	Proprietário	Combustível	Ano
Caminhão pipa	Souza Cruz S.A	Diesel	02
Fiat Strada	Souza Cruz S.A	Gasolina/Alcool	02
Van	Triângulo Logística Florestal Ltda	Diesel	01
Trator	Triângulo Logística Florestal Ltda	Diesel	02
Caminhão Bitrem	Triângulo Logística Florestal Ltda	Diesel	02
Total			09



O galpão de armazenamento de combustíveis está adequado, conforme dispõe a norma ABNT NBR 17.505/2013 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. Os combustíveis ficam armazenados em pequenos recipientes de inox (aproximadamente 30 litros), o cômodo de armazenamento possui cobertura, piso impermeabilizado e sistema contenção com direcionamento para uma caixa separadora de água e óleo, no exterior do cômodo.

A rampa de lavagem de veículos leves deverá passar por adequações para atender totalmente às normas técnicas pertinentes (NBRs), como instalação de Caixa Separadora Água e Óleo (SAO), específica para esta área.

3. Caracterização Ambiental

Área de influência de um empreendimento é a área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos ambientais decorrentes do empreendimento.

Área de Influência Indireta (AII) – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico

Conforme EIA, definiu-se como AII da Fazenda Buriti da Prata 11 (onze) microbacias, sendo 5 (cinco) localizadas na bacia do rio Douradinho e 6 (seis) no rio da Prata, sendo que somente em 2 (duas) microbacias a propriedade não possui porção do terras inserida: Pântano (Douradinho) e Sucuri (Prata). Todavia, estas unidades foram consideradas pertencentes a esta área de influência devido à proximidade com os seus limites, sendo suscetíveis de sofrerem impactos indiretos. O Quadro 2 apresenta as microbacias delimitadas na AII da Fazenda Buriti da Prata.

Quadro 2. Microbacias delimitadas na AII.

Microbacia do córrego do Pântano	Microbacia do córrego Sem Nome I
Microbacia do córrego Lajeado	Microbacia do córrego do João Marques
Microbacia do córrego dos Paulistas	Microbacia do córrego Sem Nome II
Microbacia do córrego Cortado	Microbacia do córrego do Catingueiro
Microbacia do córrego Sucuri	Microbacia do córrego do Pântano
Microbacia do córrego do Bugre	

O meio socioeconômico deve abranger obrigatoriamente o município no qual se encontra o empreendimento e sua AID do meio socioeconômico, portanto, a AII corresponde ao município de Prata - MG.



Área de Influência Direta (AID) – Meio Físico, Biótico e Socioeconômico

A AID para o meio físico e meio biótico abrange áreas adjacentes a ADA que podem sofrer interferências diretas a partir do desenvolvimento das atividades, apresentando elementos naturais bastante semelhantes àqueles encontrados em toda a extensão do empreendimento. No entanto, a AID (meio físico e meio biótico) ficou definida como um polígono que se inicia a partir de 1.500 metros dos limites da propriedade, sendo elaborado pela ferramenta de geoprocessamento denominado *buffer*.

Para o meio socioeconômico foi contemplado localidades próximas da área de inserção da propriedade, por isso, definiu-se como AID para o meio socioeconômico somente as propriedades limítrofes que possuem sede e/ou habitações dentro do estabelecido para o meio físico e meio biótico (1.500 metros). Os residentes que estão fora desta área não serão contemplados na análise socioeconômica da AID, por serem considerados distantes para receber influências diretas em decorrência das atividades do empreendimento.

Área Diretamente Afetada

A ADA referente aos três meios (físico, biótico e socioeconômico) corresponde prioritariamente a toda extensão da propriedade Fazenda Buriti da Prata. No diagnóstico ambiental referente à ADA, deve-se prevalecer a obtenção de dados e informações primárias, que são obtidas principalmente *in loco*, com o intuito de aprofundar a caracterização e identificar os possíveis impactos ambientais decorrentes das atividades do empreendimento.

3.1 Meio Biótico

3.1.1 Flora

A Fazenda Buriti da Prata se situa no município de Prata-MG, região do Triângulo Mineiro, inserida no bioma Cerrado. A propriedade possui 2.823,5321 hectares, sendo 1.021,8369 ha de vegetação nativa, que compõem a Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) da propriedade e tem como atividade principal a silvicultura.

- Levantamento qualitativo da Flora

Para o primeiro reconhecimento de campo, foi realizada uma visita com o propósito de identificar preliminarmente a situação atual das comunidades vegetais e de sua área de entorno. Este reconhecimento inicial possibilitou averiguar algumas peculiaridades da área bem como a definição dos pontos de amostragem para os levantamentos de campo. A primeira etapa dos levantamentos de campo foi realizada seguindo a metodologia de Avaliação Ecológica Rápida (AER).

O método consiste em três etapas distintas: reconhecimento dos tipos de vegetação, elaboração de lista de espécies e análise dos resultados. Proceda-se da seguinte maneira: localizada uma determinada fitofisionomia, traça-se uma linha com cerca de 300 m, no sítio mais representativo da



comunidade vegetal (transecto) e caminha-se lentamente, ao longo do transecto anotando-se o nome científico de todas as espécies encontradas. Cada transecto foi georeferenciado utilizando aparelhos de GPS. Posteriormente foi realizada a extrapolação desses dados para áreas que apresentem características similares nos mapas temáticos.



Figura 2. Transectos de amostragem qualitativa da flora. Fonte: EIA

A partir do levantamento da composição florística, a área de estudo apresentou grande riqueza florística, sendo amostrado um total de 216 espécies vegetais, distribuídos em 163 gêneros e 68 famílias botânicas. Quinze espécies foram identificadas apenas em nível do gênero. As famílias com maior riqueza de espécies foram Fabaceae (31 espécies), Rubiaceae (14), Malvaceae (9), Myrtaceae (8), Meliaceae (7), Annonaceae (7), Sapindaceae (6), Vochysiaceae (6), Bignoniaceae (6), Apocynaceae (6). Juntas, estas famílias representam 46% das espécies amostradas na área de estudo.

Das 216 espécies amostradas na área de estudo, 74 (34%) foram exclusivas de uma única fisionomia, e apenas 32 espécies (15%) foram amostradas na maioria das fisionomias. *Luehea grandiflora* (açolita-cavalo), *Litsea mollisoides* (aroeirinha), *Xylopia aromatica* (pimenta de macaco), *Celtis iguanaea* (asporão), *Myrsine umbellata* (pororoca) e *Coussarea hydrangeifolia* (falsa quina) foram as únicas espécies amostradas em todas as fisionomias.

O levantamento florístico da área de estudo avaliou a ocorrência de seis unidades fisionômicas: Floresta Ciliar e Floresta de Galeria (fitofisionomias ripárias, ou seja, com associação a um curso d'água), que compõem as Áreas de Preservação Permanente da propriedade, Floresta Estacional



Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Cerradão e Cerrado sentido restrito, que compõem as áreas do Reserva Legal da propriedade.

Tabela 2. Fitofisionomias encontradas na Fazenda Buriti da Prata. Fonte: EIA

Fitofisionomia	Área (ha)	Porcentagem (%)
Floresta Ciliar (APP)	11,1259	1,09
Floresta de Galeria (APP)	180,2240	17,64
Floresta Estacional Semidecidual (RL)	138,4870	13,55
Floresta Estacional Decidual (RL)	72,7091	7,07
Cerradão (RL)	147,1760	14,39
Cerrado sentido restrito (RL)	477,5860	46,74
TOTAL	1021,3080	100,00

A Floresta Estacional Semidecidual apresentou maior riqueza na área de estudo (102 espécies). No cerrado sentido restrito foram amostradas 94 espécies, na Floresta Estacional Decidual 87 espécies, no Cerradão 85 espécies, na Floresta de Galeria foram amostradas 73 espécies e na Floresta Ciliar 31 espécies.

- Levantamento quantitativo da flora

A análise quantitativa da flora foi realizada a partir do método de parcelas, onde foram demarcadas 36 parcelas (20 x 20 m cada), totalizando 1,44 ha. As parcelas foram distribuídas em blocos de 4 parcelas cada, buscando a amostragem de áreas nucleares, mais conservadas e com menor efeito de borda, em cada comunidade vegetal. Todos os indivíduos arbóreos com DAP ≥ 5 cm foram amostrados, sendo identificada a espécie e quantificado o DAP. A altura de cada indivíduo foi estimada utilizando-se como base o podão de coleta de 14 m.

A partir do levantamento fitossociológico (método de parcelas amostrais), foram amostrados 2074 indivíduos, distribuídos em 157 espécies, 114 gêneros e 49 famílias botânicas.

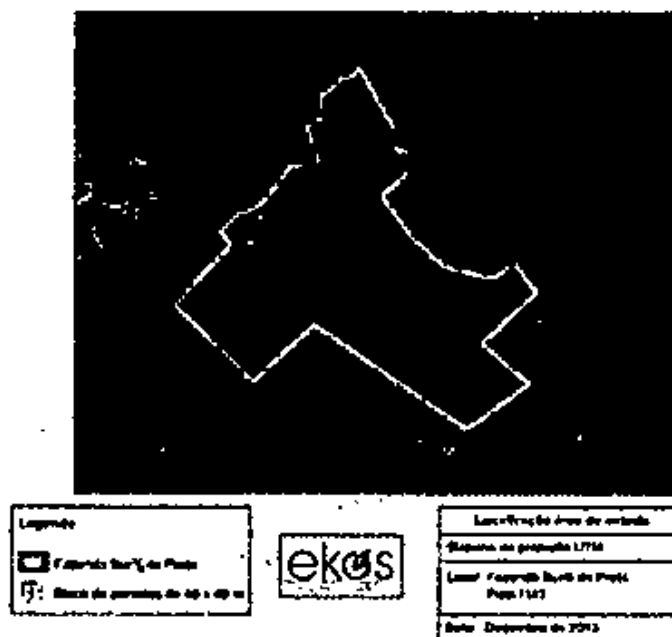


Figura 3. Blocos de parcelas da amostragem quantitativa de flora.

As Florestas Ciliares representam a menor área dentre as fitofisionomias amostradas, que juntamente com as Florestas de Galeria, compõem as Áreas de Preservação Permanente da propriedade. Elas estão restritas às margens dos maiores reservatórios de água da propriedade. A densidade arbórea não é muito alta, apresentando um dossel de aproximadamente 10 m. Os principais representantes das espécies arbóreas são *Myrsine umbellata* (pororoca), *Croton urucurana* (sangra d'água), *Coccoloba pachystachya* (embaúba), *Inga vera* (ingá), *Mauritia flexuosa* (buriti) e *Xylopia amarginata* (pindaíba do brejo).

As Florestas de Galeria estão inseridas nos locais onde o relevo é mais encaixado, compondo a vegetação das áreas de drenagem da propriedade e margeando os córregos. Apresenta dossel de 12 a 14 m, com indivíduos emergentes de até 18 m de altura. As principais espécies deste estrato são *Tapirira guianensis* (pombo), *Inga vera* (ingá), *Myrsine umbellata* (pororoca), *Protium heptaphyllum* (almacegueira), *Hymenaea courbaril* (jatobá), *Calophyllum brasiliense* (guanandi), *Croton urucurana* (sangra d'água) e *Casearia gossypiosperma* (pindaíba). O sub-bosque é denso, variando de 5 a 10 m de altura. O dossel fechado favorece a ocorrência de espécies epífitas. Foram amostradas espécies pertencentes às famílias Bromeliaceae e Orchidaceae.

As Florestas Estacionais Semidecduais estão em bom estágio de conservação, podendo ser caracterizadas como remanescentes em estágio secundário avançado de sucessão. Ocorre em solo profundo, sem afloramento rochoso e com menor declividade. É caracterizada por um dossel contínuo entre 12 e 16 m de altura, apresentando indivíduos emergentes com até 20 m e grande área basal. Os principais representantes deste estrato são as espécies *Casearia gossypiosperma* (pindaíba), *Inga vera* (ingá), *Terminalia glabrescens* (capitão), *Tapirira guianensis* (pombo), *Xylopia aromatica* (pindaíba), *Aspidosperma subincanum* (guatambu) e *Nectandra cissiflora* (canaia).



As Florestas Estacionais Deciduais estão em bom estágio de conservação, podendo ser caracterizadas como remanescentes em estágio secundário avançado de sucessão. Ocorra em solo raso, com afloramento rochoso, em locais de maior declividade. É caracterizada por um dossel contínuo entre 14 e 18 de altura, apresentando indivíduos emergentes com até 25 m e grande área basal. Os principais representantes desta estrato são as espécies *Anadenanthera colubrina* (angico), *Myracrodruon urundeuva* (aroeira), *Dilodendron bispinnatum* (mana pobre), *Guazuma ulmifolia* (mutambo), *Aspidosperma cylindrocarpum* (peroba amarela), *Acacia polyphylla* (monjoleiro), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo alves), *Swaetia fruticosa* (angelim), *Luehea grandiflora* (açóita cavalo), *Hymenaea courbaril* (jatobá) e *Tabebuia roseoalba* (ipê branco).

Os cerradões ocorrem em solo sem cascalho e em topografia plana. O dossel superior é descontínuo, com árvores mais altas (8 a 12 m). Nesse ambiente destacam-se *Tapirira guianensis* (pau-pombo), *Qualea grandiflora* (pau terra), *Xylopia aromatica* (pindaíba), *Dimorphandra mollis* (taveiro), *Qualea parviflora* (pau teninha), *Copaifera langsdorffii* (pau de óleo), *Virota sebifera* (pau de sebo), *Luehea grandiflora* (açóita cavalo), *Diospyros hispida* (caqui bravo), *Litsea molleoides* (aroeirinha) e *Strychnos pseudoquina* (quina).

Os cerrados sentido restrito ocupam a maior área da propriedade (477,59 ha), representando 47% dos remanescentes naturais. Ocorrem nas porções mais altas, em sua maioria sobre Cambissolo, na região dos interflúvios e com maior drenagem. Nos locais com maior adensamento, o estrato arbóreo possui cerca de 4 a 7 m de altura, sendo as principais espécies *Qualea parviflora* (pau teninha), *Curatella americana* (lixeira), *Roupala montana* (carne de vaca), *Terminalia argentea* (capitão do campo), *Davilla elliptica* (lixeirinha), *Qualea grandiflora* (pau terra), *Byrsonima coccolobifolia* (murici vermelho), *Tabebuia chrysotricha* (ipê amarelo cascudo), *Tabebuia aurea* (ipê amarelo), *Guettarda viburnoides* (castanheira do mato), *Xylopia aromatica* (pindaíba), *Byrsonima crassa* (murici), *Annona coriacea* (araticum).

- Considerações finais

O diagnóstico ambiental da vegetação na Fazenda Buriti da Prata caracterizou seis unidades fitofisionômicas: Floresta Ciliar e Floresta da Galeria, que compõem as Áreas de Preservação Permanente da propriedade, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Cerradão e Cerrado sentido restrito, que compõem as Reservas Legais. O método de Avaliação Ecológica Rápida (AER) sugere que todas as fitofisionomias se encontram em estágio de conservação secundário médio a avançado, apresentando espécies típicas de comunidades maduras.

Os resultados obtidos revelaram que, mesmo sendo contíguas, as fitofisionomias amostradas apresentaram alta dissimilaridade florística, o que contribui para a elevada riqueza de espécies da área. A conservação destas áreas é de extrema importância para a conservação da biodiversidade local como um todo, já que exercem papéis fundamentais como corredores ecológicos, abrigo e alimentação para a fauna local.



3.1.2 FAUNA

O empreendimento abriga remanescentes florestais, os quais foram amostrados em abril de 2014 (período seco) e em novembro de 2014 (período chuvoso), para todos os grupos de fauna terrestre (avifauna, mastofauna, herpetofauna e entomofauna) sendo que foram previamente definidas 5 áreas amostrais, utilizando-se imagens de satélite e os resultados do estudo de flora, com o objetivo de abarcar o maior número de espécies presentes nesse mosaico de paisagens. Para a amostragem das comunidades aquáticas (Fitoplâncton, Zooplâncton, Macroinvertebrados bentônicos e Macrófitas aquáticas) foram realizadas campanhas em novembro de 2013 e abril de 2014, em 10 pontos previamente estabelecidos.

Caracterização da fauna terrestre

Avifauna

Para a amostragem das aves foi empregado o método de observação direta. Em cada uma das áreas foram percorridos transectos não-lineares, nos quais todas as aves vistas e/ou ouvidas foram registradas. Os períodos, matutino e vespertino foram utilizados para as amostragens por serem horários de maior atividade das aves em geral. Registros esporádicos da avifauna foram considerados na listagem final das espécies.

As espécies de aves registradas foram classificadas quanto ao status para conservação, endemismo, valor comercial e/ou doméstico, sensibilidade e guildas alimentares.

Foram registradas 128 espécies de aves. Além disso, foram registradas no estudo três espécies ameaçadas de extinção presentes em listas vermelhas, a saber: *Pteroglossus castaneus* (araçari-castanho), *Ara ararauna* (arara-canindê), *Crax fasciolata* (mutum-do-penacho).

Foram registradas 3 espécies endêmicas do bioma cerrado e 4 espécies endêmicas da mata atlântica. Sendo considerado um registro importante o surucua-variado (*Trogon surucua*), espécie endêmica do bioma Mata Atlântica, possui dieta frugívora e devido a seus hábitos e tamanho corporal, é considerada altamente sensível à fragmentação de habitats, sendo encontrada principalmente em reservas ou grandes áreas de vegetação nativa. Apesar de considerada uma espécie comum em sua área de ocorrência, a presença desta ave no empreendimento reforça a importância de conservação dos remanescentes de vegetação nativa ali existentes.

Sendo assim a presença de espécies ameaçadas e endêmicas na área de estudo indica a necessidade da comunidade dos estudos através da realização de programas periódicos de monitoramento da avifauna.

Mastofauna

Para a coleta de dados em campo de mamíferos de médio e grande porte foram realizados censos visuais em transectos lineares em trilhas já existentes, bem como na borda da mata e estradas



de terra no entorno e interior da mesma. Foi realizado também o trabalho não sistemático, através de evidências indiretas (rastros, fezes, pelos), método de entrevistas informais com os moradores locais e armadilhas fotográficas (*cameras trap*). A montagem das armadilhas fotográficas ocorreu em trilhas onde já existiam vestígios de passagem de animais. Para acentuar o interesse desses, foi colocado em frente cada uma dessas câmeras alimentos variados (frutas, mandioca, bacon, sardinha e milho) para servir de isca. Para o estudo de pequenos mamíferos terrestres foi utilizado o método de contenção viva com gaiolas contendo atrativos por isca, instaladas ao longo de transeções.

A campanha teve como resultado o registro de 20 espécies de mamíferos. Dentre as espécies registradas no estudo apresentado seis delas, *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Puma concolor* (onça-parda), *Leopardus pardalis* (jagatirica), *Tapirus terrestris* (anta), *Pocari tajacu* (cateto) e *Protonotris maxima* (tatu-canastra) são mencionadas em uma ou mais listas de animais ameaçados.

Todas as espécies registradas no estudo apresentado, que são listadas com algum grau de ameaça demandam maiores estudos quanto sua ecologia e ocorrência, principalmente na região Centro-oeste do país, devido a grande ocupação rural e também ao tempo em que essa ocupação vem ocorrendo. Os poucos remanescentes naturais onde ainda se podem encontrar espécies de médios e grandes mamíferos ameaçados devem ser continuamente estudados a fim de se viabilizar medidas mitigatórias e conservacionistas para a manutenção destas espécies e das outras que se beneficiariam também com estas medidas. Já grandes mamíferos podem ser considerados espécies guarda-chuva e sua preservação beneficiaria muitas outras espécies também.

Herpetofauna

A amostragem dos anuros foi realizada se utilizando metodologias básicas: busca ativa e armadilhamento (*pitfalls trap*). As amostragens visual e auditiva foram aplicadas simultaneamente, por serem dois métodos considerados complementares, executados em caminhadas, durante o dia e à noite, revirando pedras, cupinzeiros, folhagem e outros abrigos potenciais, ou mesmo identificando as espécies a partir de sua vocalização. O método aplicado para o levantamento de répteis foi a procura limitada por tempo. O esforço de procura abrangeu todos os ambientes visualmente acessíveis, sendo percorridas trilhas durante a noite e o dia. Com relação à procura de serpentes foi dada ênfase no período noturno, uma vez que o maior esforço a ser empregado à noite, deve-se a maior taxa de encontros de escamados, principalmente serpentes. Além disso, galhos e troncos foram revirados durante o dia a fim de se encontrar escamados em repouso ou dormindo. Para o inventário dos crocodilianos foi utilizada a busca ativa noturna com o auxílio de lanterna de alta potência nas lagoas da propriedade.

Ao longo da campanha, 24 espécies foram amostradas, sendo 16 espécies de anfíbios anuros, 4 espécies de lagartos, 3 espécies de serpentes e 1 espécie de crocodiliano, a saber, Jacaré Preto (*Pseudosuchus palpebrosus*).

Todas as espécies encontradas estão entre as esperadas para a região e nenhuma das espécies registradas encontra-se relacionada em listas de espécies ameaçadas de extinção para o estado de Minas Gerais ou Brasil e, embora isto não ocorra, existe uma grande necessidade da



preservação das mesmas bem como dos seus habitats. Cabe ressaltar que, a espécie de crocodiliano encontrada no empreendimento (Jacaré Preto) tem ampla distribuição geográfica no Brasil, mas é considerada uma das espécies de crocodilianos mais desconhecidas para a ciência. A falta de informação sobre a sua biologia é um dos fatores que pode afetar a conservação da espécie.

Entomofauna

As formigas são consideradas bons indicadores biológicos por serem abundantes, por terem uma grande importância funcional, por serem facilmente amostradas e por serem sensíveis às mudanças das condições ambientais.

As formigas foram coletadas em dez pontos amostrais, sendo cinco pontos colocados em áreas de vegetação nativa e cinco pontos colocados em áreas de reflorestamento com eucalipto.

No total, considerando todas as áreas amostradas (vegetação natural e reflorestada) e as duas estações (seca e chuvosa), foram coletadas 118 espécies de formigas pertencentes a 25 gêneros e seis subfamílias. Das 118 espécies coletadas, apenas três espécies são exóticas (apesar da pendência de confirmação de identificação de duas espécies), e sua presença denota algum grau de perturbação. Dentre as espécies que apresentam interesse econômico em áreas reflorestadas com espécies de Pinus e Eucalipto, foram amostradas apenas duas espécies de formigas cortadeiras, *Atta lasvigatta* (saúva) e *Acromyrmex* sp.1 (quem-quem).

Os resultados obtidos no levantamento apresentado mostraram que as áreas com vegetação natural apresentam maior riqueza e ocorrência de espécies de formigas do que as áreas com reflorestamento. Os mesmos resultados são também observados para as duas estações (seca e chuvosa) separadamente, com maior riqueza e ocorrência de espécies nas áreas naturais do que nas áreas reflorestadas em cada estação. Além disso, é observado que tanto nas áreas naturais quanto nas áreas reflorestadas, o número de espécies é maior na estação chuvosa do que na estação seca.

Caracterização da fauna aquática

Fitoplâncton

Para as amostras qualitativas do fitoplâncton foram realizados arrastos verticais na sub-superfície da água de cada ponto de amostragem com rede de plâncton de abertura de malha de 20µm.

O resultado das análises indicou a presença de 150 táxons, distribuídos em 36 famílias compreendendo as seguintes divisões: Charophyta, Chlorophyta, Cyanobacteria, Cryptophyta, Dinophyta, Euglenophyta e Ochrophyta. Nenhuma espécie foi classificada como dominante no estudo apresentado, isto indica que apesar dos barramentos encontrados na área, a comunidade fitoplancônica se encontra bem equilibrada.

Os pontos amostrados no empreendimento demonstram que a riqueza se apresentou maior nos represamentos, possivelmente por possuírem características que favorecem o estabelecimento da



comunidade fitoplancônica, como por exemplo a maior estabilidade da coluna d'água e a transição do ambiente lótico para lêntico.

Zooplâncton

As coletas de amostras para as análises do Zooplâncton foram realizadas com uso de rede de nylon de 68µm de poro. Para as amostras de Zooplâncton qualitativo, foram realizados arrastes horizontais, deixando-se a amostra escapar livremente pela rede. Para as amostras de Zooplâncton quantitativo, com auxílio de balde graduado, foram filtrados volumes entre 40 a 100 litros de água, levando-se em consideração as características locais, coletada a 20 cm da superfície em rede de nylon de 68µm de poro.

No total foram identificados 93 táxons do zooplâncton, distribuídos em Rotifera, Protozoa, Crustacea e Cnidaria.

Macroinvertebrados bentônicos

A amostragem de zoobentos foi realizada com rede D (abertura da malha - 250 micra), sendo que todos os diferentes micro-habitats dos cursos d'água foram explorados, e os seixos e demais substratos rochosos revoltados manualmente no interior da rede. A coleta foi realizada "varrendo-se" a área escolhida, preferencialmente contra a correnteza. O fundo do leito amostrado é revoltado com a rede de forma a filtrar toda a área.

Ao todo, foram registrados 2537 indivíduos. Os filos registrados foram Arthropoda, Mollusca e Annelida, e as famílias mais abundantes nas campanhas foram Chironomidae e Baetidae, ambos pertencentes à Classe Insecta.

Diante dos resultados apresentados, mostrou-se que as medidas biológicas avaliadas refletiram bem a qualidade das áreas estudadas. Vale ressaltar que os pontos amostrados no empreendimento estão localizados em áreas de APP, e por isso apresentam grande heterogeneidade de habitats, que possibilitam a instalação e permanência de uma maior variedade de táxons.

Macrófitas aquáticas

Para cada ponto de amostragem foi elaborado um inventário florístico. A ocorrência e frequência das espécies foi definida através de uma avaliação visual e facilidade de coleta. As espécies foram coletadas com o auxílio de um gancho com cabo extensível de 3 metros e armazenadas para posterior identificação. Foi feito o registro fotográfico de todas as espécies encontradas.

As espécies com maiores ocorrências foram *Ludwigia multineria* e *Schoenoplectus californicus*, enquanto que as espécies *Chen sp.*, *Cyperus cf. digitatus* e *Polygonum punctatum* foram as menos representativas na área de estudo.

3.2 Meio Físico



Geologia

As rochas presentes na AI e AID pertencem ao Grupo Bauru (Formações Vale do Rio Peixe e Marília) compostas por arenitos e Grupo São Bento (Formação Serra Geral) representado pelos basaltos. A estratigrafia superior predominante nesta extensão corresponde aos arenitos, sendo que a litologia correspondente à Formação Marília se encontra em partes mais elevadas, como nos divisores topográficos das bacias dos rios da Prata e Douradinho. No médio curso das microbacias ocorre afloramento da Formação Serra Geral, devido a ação fluvial que erodiu as rochas sedimentares sotopostas a litologia da Formação Serra Geral.

Especificamente na ADA, a litologia é composta pela Formação Vale do Rio Peixe e Formação Marília, com poucos afloramentos rochosos em toda sua extensão. A primeira pode ser encontrada em canais fluviais perenes enquanto a segunda está restrita em uma área na porção leste da propriedade. Por estarem situadas em posição topográfica mais elevada, nos divisores de água entre as bacias do rio da Prata e Douradinho, as rochas que afloram correspondem à estratigrafia superior.

A Formação Vale do Rio Peixe é constituída por arenitos assentados nos basaltos da Formação Serra Geral, apresentando coloração marrom com tonalidades avermelhadas e/ou arrozeadas, com teor de matriz sílico-argilosa. O arenito pode ser encontrado no afluente da margem esquerda do córrego dos Paukias e no córrego do Pântano (rio da Prata), com exposição no leito do canal.

A Formação Marília é constituída por área de afloramento (Membro Ponte Alta) de arenitos imaturos, grossos a finos, localmente conglomerático, de cores que variam de amarelo pálido a avermelhado, com cimentação por carbonato de cálcio. Também apresenta quantidade significativa de clastos esparsos, imersos na matriz. Esta exposição está localizada a leste da propriedade, em uma das áreas mais elevadas da ADA (acima de 650 m), especificamente no divisor topográfico entre as bacias dos rios da Prata e Douradinho.

Espeleologia

A etapa de prospecção espeleológica na Fazenda Buriti da Prata resultou na caracterização de 1 cavidade já previamente conhecida e denominada Toca da Onça pelos locais, além de diversas feições do carste externo (exocarste) associadas ao mesmo contexto espeleogenético em que foi encontrada a cavidade. Neste levantamento, foram identificados 183 pontos, sendo 168 de controle (sem indícios de carste), 14 de feições exocársticas e 1 correspondente à referida cavidade.

Esta cavidade está localizada na extremidade leste da ADA em um afloramento de arenitos com cerca 4 metros de altura por 12 metros de comprimento. O acesso se dá a partir da sede da propriedade seguindo a estrada que margeia os talhões 79 e 80, virando à direita dentro da área de Reserva Legal após a drenagem e seguindo até onde é possível. Depois adentra-se a área de Reserva Legal no sentido NW (o mesmo da estrada) por cerca de 700 metros até a base do afloramento no ponto de quebra de relevo.



Figura 4 – Localização da Cavidade toca da Onça

Cabe mencionar que a cavidade toca da Onça se localiza em área de vegetação nativa totalmente preservada, contígua a área da reserva legal do empreendimento e a cerca de 1 (um) quilômetro de distância das áreas de cultivo de eucalipto da Souza Cruz S/A. Sendo assim a atividade de silvicultura exercida pelo empreendimento não causa impactos diretos a cavidade. Foi possível verificar, de acordo com os estudos ambientais, notadamente no que se refere à espeleologia, que o empreendimento se encontra a uma distância superior a 1000 metros da cavidade natural mais próxima, a saber, a Toca da Onça, ressaltando que a mesma não está presente no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (Canie), junto ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav).

Nesse sentido, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 4º da Resolução Conama nº 347/2004, o qual determina que "a área de influência das cavidades naturais subterrâneas será a projeção horizontal da caverna acrescida de um entorno de duzentos e cinquenta metros, em poligonal convexa" e, ainda, considerando o grau de potencialidade de ocorrência de cavernas de acordo com a litologia da região, e ainda, os dados e informações apresentados nos estudos ambientais, no que tange ao caminhamento realizado, a equipe técnica da SUPRAM – TM/AP entende que não se faz necessária qualquer solicitação de prospecção espeleológica com vistas ao reconhecimento e caracterização de novas cavidades naturais.

Tal entendimento segue os procedimentos definidos na Instrução de Serviço SEMAD nº 03/2014, que dispõe que:

A solicitação dos estudos de prospecção, definição da área de influência, análise de relevância e compensação deve ser realizada no caso do empreendimento se localizar em área propícia à ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou quando os estudos ambientais identificarem a sua

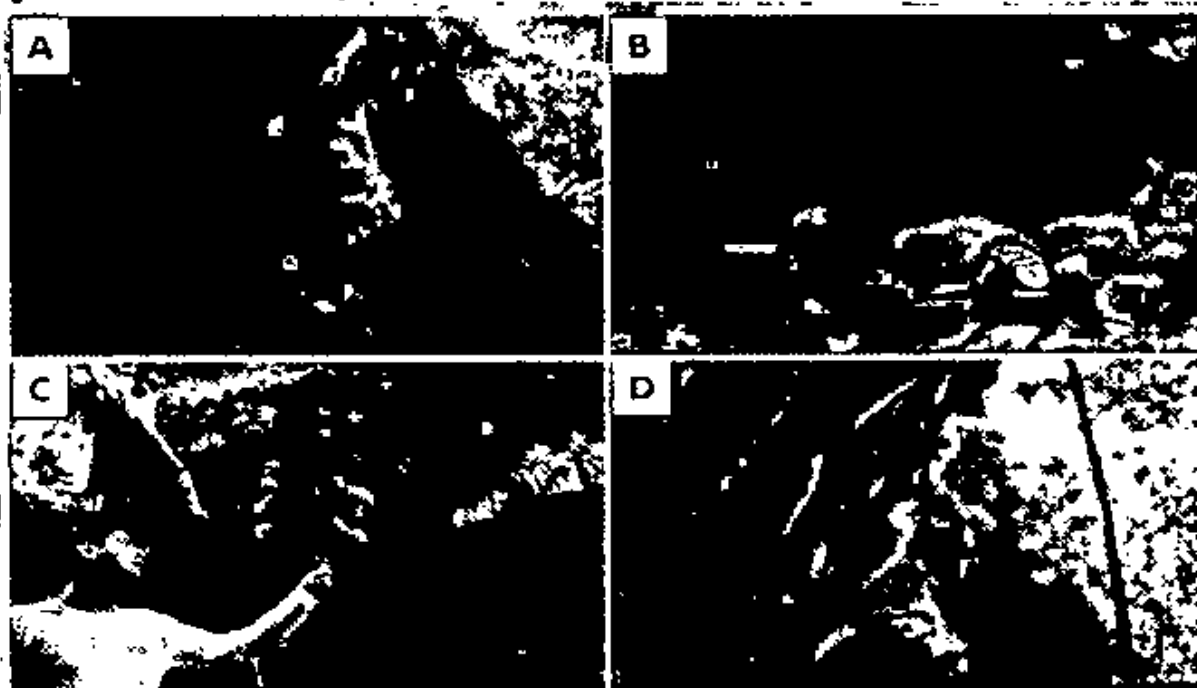


existência ou potencialidade, nos casos de vistoria, comunicação, consulta ao CANIE ou a critério técnico do órgão ambiental competente. (SEMAD, 2014).

Em seu interior, a Toca da Onça apresenta condutos extremamente baixos com no máximo 40 centímetros de altura, de modo que se tornam intransponíveis a partir dos primeiros metros adentrados na cavidade devido ao espessamento do material do piso, composto por areia fina com a disposição de blocos isolados. O teto apresenta morfologia suave ondulada. A cavidade é composta por dois condutos principais que se cruzam e que tem acesso ao meio externo sendo que somente o conduto principal tem dimensões suficientes para ser transposto. A parte explorável destes condutos dificilmente alcança 5 metros, a partir dos quais o adensamento do material de fundo impossibilita a progressão.

No entanto, foi possível estimar uma continuidade mínima destes condutos do ordem de 2 metros em cada um. A partir deste ponto não é possível afirmar se a cavidade se finda ou se prossegue seu desenvolvimento em outras direções. A exploração destes condutos exigiria a retirada do material de fundo (piso), procedimento este considerado inadequado para esta etapa dos estudos e tendo em vista que não é projetada nenhuma mudança no uso do solo nos arredores da mesma que comprometa sua conservação. Ademais, não foram observados espeleotemas nem indícios de morcegos na parte interna da cavidade.

Figura 5 – Cavidade toca da Onça



A- Aspecto do período onde se encontra a cavidade Toca da Onça. A quebra negativa na topografia reflete a mudança nas características biológicas do conjunto (mudança de faunas). B- Detalhe da boca da cavidade com a presença de blocos isolados a pouco mais de 30 centímetros de altura. C e D- Espeleotemas desenvolvidos no paredão pelo escoamento superficial de material carbonático.



Geomorfologia

A AII e a AID apresentam microbacias com modelado bastante homogêneo, localizadas regionalmente na transição das unidades geomorfológicas de relevo dissecado a pouco dissecado. Predominantemente, os cursos d'água nestas áreas são ambientes com a presença de solos hidromórficos, característico das veredas, cuja evolução decorre do espaçamento dos vales pela incisão fluvial e por ação geoquímica, constituindo vertentes suaves e formando bacias de drenagem com áreas relativamente pequenas.

O relevo na ADA apresenta-se predominantemente suaveondulado. A altitude máxima nesta área é de 690,00 metros e a mínima de 560,00 metros, com média de 612,52 metros. Por se tratar de uma área que está inserida nos divisores das microbacias, a declividade é pouco acentuada, aproximadamente 5,62% de média. Entretanto, baseado na altimetria e nos níveis de dissecção do relevo definiu-se 3 (três) unidades geomorfológicas: média dissecado, pouco dissecado e residual.

Pedologia

Os solos encontrados na AII e AID correspondem ao Latossolo Vermelho Distrófico, Neossolo Quartzarênico Órtico, Gleissolo Háptico Tb Distrófico (LVd42) e Latossolos Vermelhos Distrótricos, Nitossolos Vermelhos Eutrótricos (LVdf4). Ressalta-se que nas adjacências há Argissolo Vermelho Distrófico e Eutrófico (PVdf13).

Especificamente na ADA podem ser encontrados predominantemente latossolos em áreas suavemente onduladas, além de neossolos também em áreas pouco onduladas. De forma mais restrita, há presença de gleissolos associados a alguns cursos d'água. De modo geral, os solos em toda a extensão da ADA variam de arenosos a muito arenosos. A fração areia fina demonstrou-se predominante em todas as amostragens realizadas para compor a caracterização apresentada no EIA. Cabe ressaltar que solos com maior percentual de areia tendem a ser bem drenados, com boa capacidade de infiltração da água pluvial e riscos de erosão, sobretudo com predominância de areia grossa.

Climatologia

As características climáticas da área do empreendimento se apresentaram condizentes com dinâmica regional. Os dados disponibilizados se referem aos 3 últimos anos de dados diários contendo os índices de pluviosidade (mm) e de temperatura °C de uma estação climatológica localizada próximo a sede administrativa da Fazenda Burro da Pista. Fig. 6.

O comportamento atmosférico mantém características do clima Aw (clima tropical com estação seca de inverno - Classificação de Köppen) dividido em uma estação seca predominante no inverno e uma estação chuvosa durante o verão, ocorrendo temperaturas mais elevadas e maiores índices



pluviométricos durante os dois primeiros e três últimos meses do ano, e as temperaturas menos elevadas e menores índices pluviométricos nos sete meses restantes.

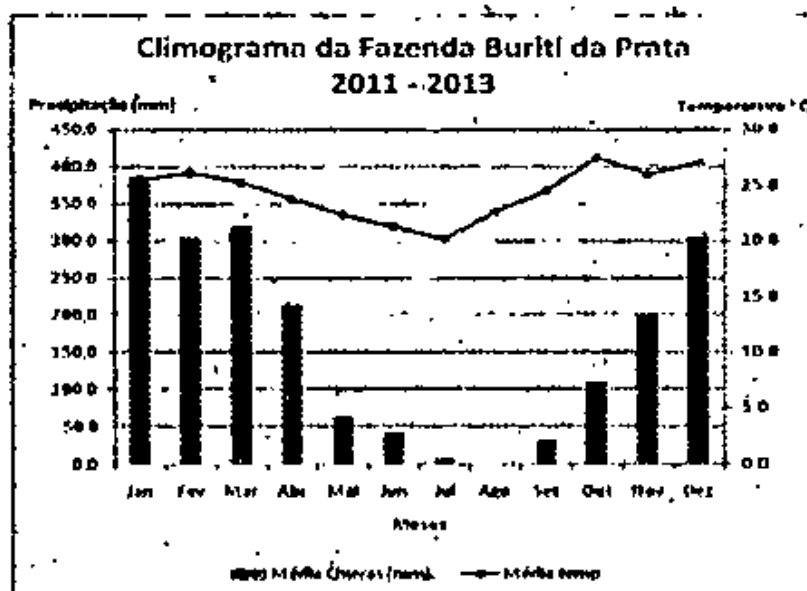


Figura 6. Climograma da Fazenda Buriti da Prata.

Recursos Hídricos

Para avaliar a questão hídrica das áreas de influência da Fazenda Buriti da Prata, o estudo considerou a seguinte delimitação: a somatória das áreas de drenagem de 11 (onze) microbacias hidrográficas (sendo cinco focalizadas na bacia do rio Douradinho e seis na bacia do rio da Prata), como Área de Influência Indireta - AII; e um polígono gerado a partir de um *buffer* de 1500 metros da delimitação da propriedade, como Área de Influência Direta. As microbacias hidrográficas componentes da AII e da AID e suas respectivas áreas de drenagem estão descritas no quadro 3.

Bacias Hidrográficas	Área de Influência Indireta	Área de Influência Direta	Área de drenagem (ha)
Bacia do rio da Prata	Microbacia do córrego do Pântano	Microbacia do córrego do Pântano	1759 ha
	Microbacia do córrego Lajado	Microbacia do córrego Lajado	1179 ha
	Microbacia do córrego dos Paulistas	Microbacia do córrego dos Paulistas	2024 ha
	Microbacia do córrego Cortado	Microbacia do córrego Cortado	1475 ha
	Microbacia do córrego Sururi		737 ha
	Microbacia do córrego do Bugre	Microbacia do córrego do Bugre	3094 ha
Bacia do rio Douradinho	Microbacia do córrego Sem Nome I	Microbacia do córrego Sem Nome I	1279 ha
	Microbacia do córrego do João Marques	Microbacia do córrego do João Marques	1816 ha
	Microbacia do córrego Sem Nome II	Microbacia do córrego Sem Nome II	349 ha
	Microbacia do córrego do Cafanguero	Microbacia do córrego do Cafanguero	1542 ha
	Microbacia do córrego do Pântano	Microbacia do córrego do Pântano	1098 ha



Quadro 3. Microbécias hidrográficas componentes da AII e AID da Fazenda Burli da Preta.

Estes córregos são afluentes de importantes rios na região, como o rio da Prata e também o rio Douradinho. Em alguns destes córregos, identificou-se que as vazões ocorrem principalmente em períodos chuvosos. A maior parte das nascentes se encontram inseridas na propriedade (ADA). Os telos que se encontram secos possivelmente estão relacionados às características naturais do meio físico, ocasionalmente associados às formas de uso e ocupação dos solos.

Qualidade da Água

No EIA apresentado foram definidos seis pontos de amostragem de águas superficiais. Na tabela a seguir estão listados os parâmetros analisados e os resultados obtidos em cada ponto amostrado. Os resultados em vermelho indicam valores acima do limite estabelecido para Classe 2, conforme Resolução CONAMA nº 357/2005 e DN COPAM/CERH nº 01/2006, prevalecendo o valor mais restritivo.

Parâmetro	Represa	Represa	Represa	Córrego	Represa	Córrego	Unidade	LO	Ponto
	Burli	Catali	João Lourenço	Lagado	Lagado	Cataguases			Classe 2
Acidez total	41,78	60,68	112,81	112,43	86,71	77,88	mg/L	20,0	-
Cloritos	11,00	8,00	2,00	6,08	8,60	7,00	mg/L	2,0	260
Clorofila a	<1	4,34	5,01	<1	<1	1,00	µg/L	1	30
Coliformes termostolerantes	10.000	200	80.000	80	100	700	UFC/100mL	0	1.000
Coliformes totais	$3,00 \times 10^2$	$4,00 \times 10^1$	$1,00 \times 10^2$	800	600	$1,30 \times 10^2$	UFC/100mL	0	-
Cor verdadeira	10,00	8,00	88,00	<3,0	<3,0	<3,0	CO	5.000	75
DBO	3,28	3,62	9,21	<2,9	2,03	8,17	mg O ₂ /L	2,0	5
DOO	9,50	10,00	14,00	4,50	8,80	7,80	mg/L	3,3	-
Enterobactérias fecais	$1,00 \times 10^2$	$1,00 \times 10^2$	$1,00 \times 10^2$	1	30	10	UFC/100mL	0	-
Ferro solúvel	1,48	<0,1	2,38	<0,1	0,19	<0,1	mg/L	0,1	0,3
Ferro total	6,60	1,10	4,90	1,18	0,82	0,31	mg/L	0,1	-
Fósforo total	0,03	0,09	0,05	0,08	0,38	0,03	mg/L	0,01	0,83
Óxigênio	<65	<65	<65	<65	<65	<65	mg/L	85	86
Metamorfina	<12	<12	<12	<12	<12	<12	mg/L	12	-
Nitrato	<0,30	<0,18	<0,18	<0,30	<0,18	<0,18	mg/L	0,1	10
Nítrito	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	mg/L	0,01	1
Nitrogênio total	0,57	0,57	1,14	1,14	0,57	1,14	mg/L	0,02	1,27
Oxigênio dissolvido	2,67	2,60	2,00	8,20	4,45	2,30	mg O ₂ /L	0,1	-
pH a 25°C	7,28	7,19	7,94	7,53	7,24	7,35		5-14	6-8
Saturação de oxigênio	34,58	36,27	21,31	67,36	67,61	29,80	%	-	-
Sólidos dissolvidos totais	80,00	120,00	120,00	140,00	80,00	100,00	mg/L	10	500
Sólidos suspensos	<10	<10	<10	<10	<10	<10	mg/L	10	100
Sólidos totais	82,00	128,00	128,00	148,00	88,00	108,00	mg/L	10	-
Temperatura ambiente	28,00	27,00	21,00	29,08	31,00	28,00	°C	5-120	-
Temperatura amostra	31,00	28,00	25,00	24,00	27,00	28,50	°C	5-120	-
Turbidez	22,50	9,77	181,00	5,23	2,88	3,00	NTU	0,2-1.000	100

Tabela 3. Resultados das análises físico-químicas nos seis pontos de amostragem de águas superficiais.

Na Represa Burli (Ponto 1), os parâmetros Coliformes termotolerantes, Ferro solúvel e Oxigênio dissolvido apresentaram valores fora dos limites especificados. O fato do ponto de amostragem ser uma represa, ambiente lúntico, já justifica a baixa concentração do oxigênio dissolvido, já que não há reaeração devido à movimentação das águas. A alta concentração de coliformes termotolerantes, dez vezes acima do limite, indica a existência de uma fonte de fezes humanas ou animais nas proximidades.



da represa, fontes principais dessas bactérias. Devido à localização da represa, os altos níveis de ferro solúvel e coliformes termotolerantes também podem ser devidos ao carreamento.

No Ponto 2, Represa Catolé, Fósforo total esteve acima do limite e o parâmetro Oxigênio apresentou valores abaixo do padrão para Classe 2. Os baixos níveis de Oxigênio dissolvido se explicam por ser um ambiente lântico; os altos níveis de Fósforo podem ser devidos à carreamento de nutrientes adicionados à plantação. Os níveis de nitrogênio se encontram dentro dos limites estipulados, então não há tendência a ocorrer o processo de eutrofização, comum em ambientes com altos níveis de nutrientes como fósforo e nitrogênio, dentre outros fatores, favoráveis ao aumento excessivo de algas.

A Represa João Marques (Ponto 3) foi a que apresentou os piores resultados dentre os pontos de amostragem. Os limites estipulados para águas Classe 2 foram ultrapassados para coliformes termotolerantes, DBO, Ferro solúvel, Fósforo total, Turbidez, pH e Oxigênio dissolvido, sendo que, para os dois últimos parâmetros, os resultados obtidos estiveram abaixo do mínimo regulamentado. Observa-se que a Represa João Marques é um ambiente lântico. Os altos níveis de coliformes, tanto termotolerantes quanto totais, da Represa João Marques podem ser devidos ao pequeno volume da represa, já que o local é acessado constantemente por animais para dessedentação. O nível de água, o escoamento, o volume represado, parâmetros físico-químicos e biológicos inerentes ao ambiente, todos são condições que limitam a capacidade de autodepuração da Represa, o que pode justificar as alterações em vários dos parâmetros analisados. Os altos níveis de DBO indicam presença de matéria orgânica na represa, provavelmente devido a, por exemplo: poluição do ar e movimentação do solo na estrada próxima a represa, acesso constante de animais, ambiente lântico com renovação natural do volume, entre outros.

No Ponto 4, córrego Lajeado, o único parâmetro fora dos limites regulamentados foi o Fósforo total. O ambiente apresenta bons níveis de movimentação das águas, suficientes para viabilizar processos de autodepuração em caso de contaminação. O fósforo pode ser devido ao carreamento de nutrientes adicionados à plantação.

Na Represa Lajeado (Ponto 5), os níveis de Fósforo total e Oxigênio dissolvido se apresentaram alterados em relação ao estipulado na legislação. Novamente, os altos níveis de fósforo podem ser devidos ao acúmulo de nutrientes adicionados ao solo, hipótese reforçada pelos altos níveis de fósforo observado na maioria dos pontos de amostragem. Os baixos níveis de oxigênio dissolvido se devem ao ambiente lântico, à baixa taxa de renovação.

O córrego Catimburgo, denominado Ponto 6, apresentou apenas o nível de oxigênio dissolvido alterado. O ambiente pode ser caracterizado como intermediário de lântico e lótico, apresentando assim, boa capacidade de autodepuração, o que justifica as concentrações normais de metais e nutrientes.

3.3 Meio Socioeconômico

Conforme EIA, para os estudos da Área de Influência Indireta - AII foram utilizados dados secundários, pois dizem respeito ao município de Prata-MG. Para a Área de Influência Direta - AID



foram tomadas como parâmetro algumas propriedades que fazem limites com o empreendimento, sendo utilizada a coleta de dados primários para se obter um melhor diagnóstico socioeconômico da área de entorno. Foi realizada a aplicação do método quantitativo por meio de questionários, sendo aplicados em moradores de propriedades lideiras, cujo objetivo é conhecer a realidade, a infraestrutura, os moradores e as atividades desenvolvidas, além do relacionamento com a Fazenda Buriti da Prata.

3.3.1 Área de Influência Indireta

Juntamente com Uberaba e Araxá, o município de Prata foi o terceiro núcleo urbano a se instalar na região do Triângulo Mineiro. Através do município de Prata surgiram também as cidades Iturubá, Frutal, Campina Verde, Santa Vitória, Iturama, Monte Alegre dentre outras que hoje compõe a região do Pontal do Triângulo. Atualmente o município é formado pelo distrito sede que é a cidade de Prata e os distritos adjacentes: Jardinópolis, Monjinho e Patrimônio, além do povoado de Três Barras.

O município contém uma unidade territorial de 4.847,544 km² e uma população de 25.802 habitantes segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado no ano de 2010.

Considerando a unidade territorial da cidade de Prata de 4.847,544 Km², e com uma densidade demográfica de 5,3 hab/Km² o município apresenta uma extensa área na zona rural. Dado a unidade territorial, o município tem uma baixa densidade demográfica. Atualmente o município conta com 6.307 domicílios urbanos e 1.915 domicílios rurais.

Grande parte do solo pratenso é ocupado por lavouras permanentes e temporárias, além da pecuária e da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas que juntas compõe o setor primário da economia do município de Prata.

Destaca-se também na ocupação do solo no município de Prata a atividade pecuária, que é também um produto forte do setor primário do município, com real importância a criação de bovinos, especificamente para os gados de leite devido à existência de uma das principais cooperativas de laticínios da região – a COOPRATA.

É de importância também a extração vegetal e a silvicultura cuja produção e extração estão ligadas diretamente à empresa Souza Cruz S/A, que possui 2.823,5321 hectares de terras, e à Faber Castel, ambas tendo um importante papel na economia da cidade.

O abastecimento de água do município de Prata é realizado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Este sistema possui uma Estação de Tratamento de Água (ETA) do tipo convencional e com capacidade média de produção de aproximadamente 06 (seis) milhões de litros de água tratada diariamente. O município de Prata possui um IDHM médio (0.695).

Conforme estudos ambientais, a cidade de Prata oferece uma boa infraestrutura urbana para atender a população, mas que ainda necessita de melhorias. A maior parte da população tem acesso a rede de água e esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, rede telefônica, ruas pavimentadas, postos de saúde e hospitais e rodovária.



Com relação à captação de esgoto, a maioria das casas possui captação, porém como o município não possui uma Estação de Tratamento de Esgoto, os dejetos são depositados nos córregos que cortam a cidade.

A coleta de lixo também é realizada pela prefeitura e abrange toda a área urbana. Para o serviço são utilizados dois caminhões compactadores de lixo que percorrem todos os bairros da cidade. Após a coleta, o lixo é depositado em um aterro controlado, pois não existe aterro sanitário, usina de compostagem e de triagem do lixo.

O município de Prata por ser considerado um município de pequeno porte, devido à quantidade de habitantes, possui poucos estabelecimentos de ensino, ou seja, 12 escolas de ensino pré-escolar, 16 escolas de ensino fundamental e 02 escolas de ensino médio.

A cidade de Prata conta com 15 estabelecimentos de saúde, sendo 11 público/municipal e 04 privados. Ambos os estabelecimentos atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Prata possui alguns espaços destinados ao lazer da população. Existem onze praças públicas que são bem arborizadas. A cidade possui pontos turísticos visitados tanto pela população local quando por turistas, além de pesquisadores que se interessam pelo patrimônio material localizado nestas regiões, tais como: o Mirante do Morrinho, localizado na Serra Seio da Moça, a Serra da Boa Vista e cachoeiras da região.

3.3.2 Área de Influência Indireta

Conforme EIA, para a compreensão socioeconômica da área de entorno da Fazenda Buriti da Prata, visitou-se 7 (sete) propriedades confrontantes para realizar entrevistas com os moradores vizinhos ao empreendimento. Contudo, foi possível realizar entrevistas em apenas 5 (cinco) propriedades; nas demais, apenas observou-se as estruturas, uma vez que não foi encontrado ninguém.

De acordo com o levantamento, identificou-se 5 (cinco) famílias, sendo que a maioria possui mais de três filhos (75%), cuja média de renda está entre 2 e 4 salários mínimos. A maior parte dos entrevistados está neste emprego há mais de dois anos. Quanto à naturalidade, a maioria é natural da cidade de Prata. Com relação à escolaridade, nenhum deles se declarou analfabeto e todos os filhos desses moradores estão na escola, matriculados desde a série inicial até o ensino superior.

Quando questionados quanto ao relacionamento com a Fazenda Buriti da Prata, todos os entrevistados se manifestaram de forma positiva, exemplificando da seguinte forma: em situações de incêndio a empresa ajuda com caminhões pipas e realiza a manutenção das estradas de acesso.

3.3.3 Área Diretamente Afetada

O empreendimento conta com aproximadamente 27 funcionários, sendo 25 terceirizados da empresa Triângulo Florestal, que realiza os tratos culturais e colheita do eucalipto, e outros 2 que são funcionários diretos da Souza Cruz.



A maioria dos trabalhadores entrevistados possui residência fixa na cidade do Prata e um deles reside em uma fazenda próxima. Muitos dos trabalhadores são oriundos do nordeste brasileiro e grande parte deles veio para a região com a família; poucos vieram sozinhos mas costumam visitar suas famílias a cada 6 meses.

Todos os funcionários possuem carteira assinada e contam com planos odontológicos e de saúde. De acordo com informações ocupacionais da empresa, são praticamente nulos os acidentes de trabalho ocorridos nos últimos anos.

A fazenda possui uma estrutura considerável para receber estes trabalhadores, conta com duas casas de encarregados, um alojamento, cozinha e escritórios. Além disso, possui telefone, acesso à internet, televisores e um campo de futebol.

Nas entrevistas realizadas com os colaboradores, importantes aspectos foram observados: a idade média dos trabalhadores (50% dos entrevistados possuem entre 20 e 25 anos de idade) e a escolaridade (nenhum analfabeto). A maioria dos entrevistados está a mais de dois anos trabalhando na empresa, além de que maior parte dos funcionários recebem em média 2 (dois) salários mínimos.

3.4 – Zoneamento Ecológico Econômico- ZEE-MG

Conforme EIA, foram analisadas as camadas consideradas mais relevantes dos componentes ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico. A tabela 2 corresponde aos dados sociais, econômicos e antrópicos gerais de Prata-MG, município em que está localizado o empreendimento, além de ser a AII do empreendimento para o meio socioeconômico.

Os dados indicaram que as questões socioeconômicas do município de Prata-MG são em sua maioria favoráveis, sobretudo em relação a alguns componentes econômicos, populacionais, agropecuários, questões relacionadas à utilização e ocupação da terra e presença de organizações (jurídicas e financeiras). Entretanto, as vulnerabilidades estão relacionadas principalmente à infraestrutura de transporte, educação, saneamento, saúde, habitação e gestão ambiental municipal.

As principais camadas dos componentes geofísicos e bióticos estão relacionadas na tabela 3. O componente natural, relacionado às aptidões gerais (para o desenvolvimento de atividades) que meio oferece, seja muito favorável, o risco ambiental é alto em mais de 86% da AII. O solo apresenta uma vulnerabilidade média à erosão, porém nas áreas em que há exposição, pode aumentar as possibilidades de processos erosivos. A probabilidade de contaminação é muito baixa, no entanto, o risco contaminação dos aquíferos é alta (93,74%), principalmente quando há uso de agrotóxicos em solos arenosos, devido à maior capacidade de lixiviação.

A disponibilidade natural de água superficial é média e a subterrânea predominantemente muito baixa. O meio biótico apresentou restrições em relação à integridade da flora e fauna, sendo considerado muito baixo e baixo respectivamente, com grau de conservação da flora também muito baixo, ocasionado pelas atividades antrópicas e uso do solo.



Tab. 04 - Classificação das camadas socioeconômicas para o município de Prata (AlI).

Potencialidade social	Muito favorável
Componente humano	Favorável
Componente produtiva	Muito favorável
Características sociodemográficas	Muito favorável
Atividades econômicas	Muito favorável
Qualidade social	Favorável
Demografia e população	Favorável
Distribuição espacial da população	Favorável
Taxa de ocupação	Favorável
Taxa de desocupação invertida	Favorável
Habitat	Favorece favorável
Infraestrutura de transporte	Favorece favorável
Índice rodoviário	Muito próximo
Índice ferroviário	Muito próximo
Índice VA indústria	Favorável
Índice VA serviços	Favorável
Índice VA agropecuária	Muito favorável
Índice tecnológico da agropecuária	Favorável
Exportações	Muito próximo
Renda per capita	Muito favorável
Emprego formal	Muito favorável
Saúde	Muito favorável
Saneamento	Muito próximo
Educação	Muito próximo
Organizações de participação e pesquisa	Muito favorável
ONGs	Muito favorável
Organizações de segurança pública	Muito próximo
Grupos vulneráveis	Muito próximo
Questão do desenvolvimento rural	Muito próximo
Capacidade institucional	Favorece favorável
Organizações públicas	Favorável
Capacidade de aplicação de lei	Favorável
Organizações de fiscalização e de controle	Muito favorável
Organizações financeiras	Muito favorável
Comunicação funcional	Favorável
Uso legal de terras	Muito favorável
Densidade de ocupação das terras	Muito favorável
Unidades de proteção social	Muito próximo
Meio ecológico	Muito próximo
Gestão cultural	Favorável
Localização municipal	Muito próximo

Fonte: EIA- Faz. Buriti da Prata

Tab. 05 - Classificação das principais camadas da AID.

Componente natural	Muito favorável	100%
Qualidade ambiental	Baixa	86,74%
Vulnerabilidade natural	Baixa	80,34%
Risco ambiental	Alto	86,87%
Exposição do solo	Baixa	41,05%
Vulnerabilidade do solo	Baixa	31,81%
Exposibilidade	Muito	95,78%
Vulnerabilidade à erosão	Muito	19,04%
Risco potencial a erosão	Muito	92,87%
Vulnerabilidade de contaminação ambiental pelo uso do solo	Muito baixa	91,91%
Taxa de decomposição de matéria orgânica do solo	Muito	100%
Suscetibilidade à degradação estrutural do solo	Muito	95,28%
Vulnerabilidade das estruturas físicas	Baixa	73,24%
Disponibilidade de água superficial	Muito	100%
Vulnerabilidade de contaminação de aquíferos	Alto	95,74%
Disponibilidade de água subterrânea	Muito baixa	100%
Aptidão espaço climática para silvicultura	Baixa	97,02%
Uso da infraestrutura de silvicultura	Muito baixa	100%
Integridade da floresta	Muito baixa	34,07%
Prioridade para conservação da floresta	Muito baixa	100%
Nível de conservação da vegetação nativa	Muito baixa	100%
Integridade da floresta	Muito	100%
Prioridade de recuperação	Muito alta	91,91%
Potencialidade social	Muito favorável	100%

Fonte: EIA- Faz. Buriti da Prata



4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O empreendimento possui 02 (duas) captações realizadas por meio do poço tubular, sendo:

-Poço 1 (sede) – Processo 9025/2017: Com finalidade de consumo humano, sendo que possui análise técnica concluída favorável ao deferimento, aguardando apenas a publicação da portaria de outorga.

-Poço 2 (Antiga Vila)- Processo 12000/2015: Com finalidade de uso no combate de Incêndios Florestais, sendo que possui análise técnica concluída favorável ao deferimento, aguardando apenas a publicação da portaria de outorga.

Possui ainda 11 (onze) barramentos em curso d'água sem captação, sendo que estas captações de água se encontram regularizadas através das certidões de registro de uso da água (cadastro de uso insignificante) anexadas ao processo de licenciamento ambiental.

5. Áreas de Preservação Permanente - APP

O empreendedor formalizou requerimento na Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM TMAP) referente à regularização de intervenções em área de preservação permanente, oriundas dos barramentos em curso d'água sem captação.

Conforme comprovado pelo empreendedor, há no empreendimento 2,30 ha de intervenções em área de preservação permanente caracterizadas pela Lei Estadual nº 20.922/2013 como ocupações consolidadas em meio rural (áreas ocupadas pelos barramentos), serão vejamos:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

1 - área rural consolidada a área do imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Dessa forma, uma vez comprovado pelo empreendedor, através de imagens de satélite e declarações do confrontantes, que as intervenções em APP são consideradas ocupações antrópicas consolidadas decorrentes de atividade agrossilvipastoril, resta autorizada a continuidade das referidas ocupações, com a manutenção da infraestrutura existente, em conformidade com o caput do artigo 16 da lei estadual nº 20.922/2013, abaixo transcrito:

Art. 16 Nas APPs, em área rural consolidada conforme o disposto no inciso I do art. 2º, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, sendo admitida, em área que



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da Souza Cruz S.A – Fazenda
Buriti da Prata

Empreendedor: Souza Cruz S.A Empreendimento: Fazenda Buriti da Prata CNPJ: 33.009.911/0261-03 Município: Prata/MG Atividade(s): Silvicultura Código(s) DN 7404: G-03-02-6 Processo: 3830/2004/001/2015 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatórios <u>semestrais</u> dos programas a serem desenvolvidos em fase de operação do empreendimento: - Programa de Conservação dos solos; - Programa de Educação Ambiental;	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 90 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria do IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	90 dias contados a partir do recebimento da Licença
03	Executar monitoramento da fauna terrestre (avifauna, mastofauna e herpetofauna) <u>semestralmente</u> , respeitando a sazonalidade. <i>Obs: Apresentar anualmente, até o 20º dia do mês subsequente, à SUPRAM TMAP os relatórios conclusivos das campanhas realizadas com a curva do colator.</i>	Nos 02 (dois) primeiros anos da vigência da Licença Ambiental
04	Executar o monitoramento dos recursos hídricos, <u>semestralmente</u> , conforme Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos apresentado no EIA-RIMA, respeitando a sazonalidade. <i>Obs: Apresentar anualmente, até o 20º dia do mês subsequente, à SUPRAM TMAP os relatórios conclusivos das campanhas realizadas.</i>	Nos 02 (dois) primeiros anos da vigência da Licença Ambiental
05	Apresentar Relatório Técnico-Fotográfico, com ART, comprovando a evolução da execução do projeto de recuo dos talhões de eucalipto existentes em APP, bem como o Projeto Técnico de Recomposição da Flora, conforme projetos e cronograma apresentado nos estudos ambientais;	Semestralmente
06	Apresentar Relatório Técnico-Fotográfico, com ART, comprovando a instalação das canaletas e Caixa Separadora de Água e Óleo – CSAO para a área de lavagem de veículos;	180 dias¹
07	Relatar à SUPRAM TMAP todos os fatos ocorridos no empreendimento, que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após a constatação.	Durante a vigência da Licença Ambiental
08	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença Ambiental
09	Realizar a adequação do PEA (Plano de Educação Ambiental), conforme diretrizes estabelecidas na DN COPAM 214/2017	1 ano

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial.



Obs. 1 - No caso de impossibilidade técnica de cumprimento da medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, com antecedência mínima de sessenta dias em relação ao prazo estabelecido na respectiva condicionante.

2 - A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

3 - Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf, acompanhada da declaração, atestando que confere com o original.

4 - Os laboratórios improrovavelmente devem ser aceitos/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 187, de 29 de junho de 2011.



não ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas, a manutenção de residências, de infraestrutura e do acesso relativos a essas atividades.

(...)

§ 15. A realização das atividades previstas no caput observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

Ainda, com relação as ocupações antrópicas consolidadas em APP, durante a implantação do empreendimento, na década de 1980, algumas linhas de plantio de talhões de eucalipto foram inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP, totalizando uma área de 3,96 hectares dentre os 191,35 hectares de APP existentes na propriedade.

Foi proposto pelo empreendedor Projeto de recuo dos talhões existentes em APP, além do Projeto Técnico de Recomposição da Flora necessário à recomposição das áreas intervindas.

O Projeto Técnico de Recomposição da Flora (PTRF) apresentado tem como objetivo propor a recomposição das áreas nas quais serão realizados os recuos das linhas de plantio de eucalipto, correspondentes aos talhões limítrofes às APPs da propriedade, considerando as características físicas e bióticas e avaliando os atributos ambientais das APPs e seu entorno direto, para que a recomposição obedeça às características ambientais locais e da região.

Foram identificadas 10 (dez) áreas nas quais existe interferência da silvicultura em Áreas de Preservação Permanente. O Projeto de recuo dos talhões existentes em APP, bem como o Projeto Técnico de Recomposição da Flora será executado em 03 (três) anos conforme cronograma apresentado pelo empreendedor. *Condicionante listada neste Parecer Único.*

6. Reserva Legal

As áreas correspondentes à reserva legal do empreendimento estão averbadas em cartório na própria matrícula da propriedade constituinte do empreendimento; com área de 788,35,00 não inferior aos 20% da área total exigidos por Lei.

A área de reserva legal é formada por floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, Cerradão e Cerrado Sentido Restrito e encontra-se bem preservada.

7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

7.1 Efluentes líquidos



Na propriedade em questão, os efluentes sanitários são provenientes dos sanitários, do refeitório e do alojamento, de uma residência e do sanitário localizado na torre de observação, portanto o efluente possui características domésticas. Para tratá-lo, o empreendimento possui sistemas de disposição de efluentes de forma adequada, com estruturas que atendem às normas técnicas aplicáveis, sendo classificadas como fossas sépticas, filtros e sumidouros, conforme NBR 7.229/1993.

Com relação aos sistemas de controle da drenagem oleosa, o galpão de armazenamento de combustíveis está adequado, conforme dispõe a norma ABNT NBR 17.505/2013 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. Os combustíveis ficam armazenados em pequenos recipientes de inox (aproximadamente 30 litros), o cômodo de armazenamento possui cobertura, piso impermeabilizado e sistema de contenção com direcionamento para uma caixa-separadora de água e óleo, no exterior do cômodo. Ressalta-se que a rampa de lavagem de veículos leves passará por adequações para atender totalmente às normas técnicas pertinentes (NBRs), como instalação de Caixa Separadora Água e Óleo (SAO) específica para esta área.

7.2 - Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos gerados na Fazenda Buriti da Prata são provenientes do refeitório, sanitários, alojamento, escritórios e torre de observação. Os resíduos do empreendimento são compostos principalmente por materiais recicláveis como papel, metal, plástico, vidro, orgânicos e por embalagens contaminadas de agroquímicos. Além desses, existem os resíduos gerados esporadicamente, em casos de manutenção, trocas de lâmpadas, baterias, construção civil e outros.

Conforme PCA, a "Caap Cooperativa de Agentes Ambientais do Prata" é responsável pela disposição final do material orgânico, papel, plástico e metal e a transportadora responsável é a "Triângulo Logística Florestal Ltda". As lâmpadas são enviadas para a "Recitec", sendo que própria "Recitec" faz o transporte dos resíduos. A "Suzaquim" faz a destinação final das pilhas, baterias e lixo eletrônico. Nos casos de construção civil, os resíduos gerados são armazenados na fazenda e posteriormente enviados para uma empresa licenciada.

As embalagens de agrotóxicos são separadas em sacos plásticos e armazenadas em locais específicos para este fim e corretamente identificados. Ressalta-se que os agroquímicos são adquiridos em sacos plásticos e posteriormente estes são destinados, como resíduos classe 1, para empresas licenciadas e especializadas para tal destinação.

7.3 - Emissão de fumaça preta

No empreendimento, é comum o uso de caminhões, tratores e veículos a diesel, fazendo com que uma alta concentração de fumaça preta seja emitida. Além disso, há um agravante, uma vez que a floresta plantada faz com que a fumaça preta não se disperse. Foi apresentado no PCA Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota de Veículos Movidos a Diesel



7.4 - Compactação do solo

Na propriedade, a compactação do solo ocorre restritamente às áreas das estradas vicinais, carreadores e locais de acesso interno. Nos talhões, a compactação da terra é bastante irrisória, uma vez que as máquinas agrícolas afetam a camada superficial do solo e o crescimento da cultura tende a desagregar o solo. Foi apresentado no PCA, o Programa de Conservação dos Solos.

7.5 - Risco potencial de poluição dos Recursos Hídricos

Este componente ambiental inevitavelmente se encontra propenso aos efeitos mais imediatos, podendo ser impactado principalmente quando ocorrer vazamento acidental de óleo, combustíveis, graxas ou ainda com a aplicação de agroquímicos. Foi apresentado no PCA, o Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7.6 - Propensão ao atropelamento de animais

O deslocamento da fauna na propriedade pode ser afetado pelo tráfego de máquinas e equipamentos que acidentalmente pode ocasionar o óbito de indivíduos por atropelamento. Foi apresentado no PCA, o Programa de Conservação da Fauna.

8. Programas Ambientais

8.1 - Programa de Conservação dos Solos

O Programa de Conservação dos Solos da Fazenda Bunti da Prata – Souza Cruz abrangerá duas vertentes de monitoramento, a saber:

- Conservação das estradas de circulação interna, e
- Monitoramento de processos erosivos.

A adoção das técnicas sugeridas pelo Programa de Conservação dos Solos envolve uma série de práticas conservacionistas que terão como finalidade a prevenção de impactos tais como erosões, assoreamento dos cursos d'água, compactação do solo, etc.

Conservação das estradas de circulação interna. Ações:

- Manutenção dos bolsões e sistema de drenagem às margens das vias de circulação
- Implantação de dissipadores de energia do escoamento superficial, quando necessário;
- Correção das estradas com a utilização de motoniveladora, promovendo o abaloamento no sentido de escoamento para as laterais;
- Construção de curvas de nível, sempre que necessário;
- Contenção de processos erosivos incipientes que, por ventura, venham a surgir;



Monitoramento de processos erosivos. Ações:

- Inspeção visual preliminar;
- Registro fotográfico;
- Captação de ponto georreferenciado através de GPS;
- Realização de propostas de contenção das erosões, levando em consideração sua fonte geradora, declividade do terreno, observação e interrupção do fluxo de entrada de água;
- Contenção das erosões (curvas de nível, bacias de contenção, plantio de gramíneas, palçadas) em função de suas características;

8.2 - Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Visando monitorar a qualidade dos cursos d'água contidos na área do empreendimento, para se detectar alterações físico-químicas ao longo dos ciclos hidrológicos, provocados ou não pelas atividades do empreendimento, foi apresentado um Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para ambientes de água corrente e água represada.

Para o monitoramento dos parâmetros físico-químicos das águas superficiais da Fazenda Buriti da Prata, foi sugerido os pontos de coleta, parâmetros e frequência de amostragem apresentados no Quadro 3 durante 02 (dois) anos de monitoramento, quando será possível uma análise sazonal por dois ciclos hidrológicos.

A escolha dos pontos amostrais levou em consideração a proximidade com as estruturas do escritório, refatório e alojamento.

Quadro 3. Pontos amostrais e parâmetros para avaliação da qualidade das águas superficiais na Fazenda Buriti da Prata

PONTOS DE AMOSTRAGEM	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	PARÂMETRO	FREQUÊNCIA
Represa Buriti	19°17'34" S 49°15'30" O	Alcalinidade total, Coliformes termotolerantes, Condutividade elétrica, Cor verdadeira, Clorofila a, DBO, Ferro dissolvido, Fósforo total,	Semestral
Represa Catolá	19°16'53" S 49°19'40" O	Nitrogênio amoniacal, Nitrato, Oxigênio dissolvido, Sólidos dissolvidos, Sólidos suspensos,	
Represa João Marques	19°15'77" S 49°16'16" O	Temperatura do ar e da água, Turbidez, pH,	



8.3 - Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota de Veículos Movidos a Diesel

Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota de Veículos Movidos a Diesel foi estabelecido pela Portaria nº 85 de 17 de outubro de 1996 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA considerando a emissão de fumaça preta e a contínua degradação da qualidade do ar, principalmente nos centros urbanos.

Este programa vem auxiliar na correta manutenção de veículos para permitir o controle de emissão de fumaça preta dos veículos movidos a óleo Diesel.

Ações: Anualmente - Autofiscalização externa (Ringelmann); - constatação da ultrapassagem dos padrões pela equipe da empresa em formulário próprio e encaminhamento para recolhimento no mesmo dia; - recolhimento do veículo, ensaio de aceleração livre e encaminhamento do veículo para diagnóstico e serviços de manutenção corretiva; - realização de ensaio de aceleração livre, registro dos valores observados e comparação com valores anteriores à manutenção; - em caso de resultado satisfatório, retornar o veículo para circulação; - em caso insatisfatório, repetir o ciclo a partir da etapa de diagnóstico e manutenção;

8.4 - Programa de Conservação da Fauna

Considerando que os remanescentes florestais dentro da Fazenda Buriti da Prata são bem preservados, contrapondo-se ainda que o levantamento de fauna apontou para a existência de espécies ameaçadas de extinção na área, foi proposto que sejam adotados, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna, duas linhas de ação que serão descritas como Projetos: Projeto de Monitoramento da Mastofauna e Projeto de Prevenção a Acidentes com a Fauna.

Projeto de Monitoramento da Mastofauna:

Foi proposto a execução de um monitoramento para o grupo bioindicador mastofauna, para se conhecer melhor a dinâmica da comunidade faunística da propriedade, avaliando-se ainda a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção como aquelas identificadas no levantamento diagnóstico (*Myrmecophaga lidactyla*, *Puma concolor*, *Leopardus pardalis*, *Pocari tajacu*, *Procyon maximus* e *Tapirus terrestris*).

Áreas amostrais

Para fins de padronização das análises estatísticas posteriormente e considerando os resultados positivos do levantamento, serão mantidas as mesmas áreas amostrais do diagnóstico:



Tabela 6. Georreferenciamento das cinco áreas amostrais.

ÁREAS	TIPO FISIOMÓRFICO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	ÁREA ESTIMADA
Área 1	Mosaico de Cerrado sentido restrito, Floresta Estacional Semidecidual e Mata de Galeria	15°16'29" / 49°14'42"	70,00ha
Área 2	Mata de Galeria e Cerrado sentido restrito	15°15'26" / 49°16'34"	89,00ha
Área 3	Mosaico de Cerrado sentido restrito, Floresta Estacional Semidecidual, Cerradão e Floresta Estacional Decidual	15°14'24" / 49°16'42"	125,00ha
Área 4	Cerrado sentido restrito	15°15'45" / 49°18'11"	161,00ha
Área 5	Mata de Galeria	15°16'45" / 49°16'49"	75,00ha

A mastofauna a ser estudada na área da Fazenda Buriti da Prata será subdividida em dois subgrupos: 1) mamíferos de médio e grande porte e 2) pequenos mamíferos não voadores, em função de requererem metodologias amostrais diferentes.

Para os mamíferos de médio e grande porte serão utilizados os métodos de observação direta e indireta, pegadas e o uso de armadilhas fotográficas.

Para o estudo de pequenos mamíferos terrestres será utilizado o método de contenção viva com gaiolas contendo atrativos por isca, instaladas ao longo de transecções. O cronograma proposto para o monitoramento da mastofauna deverá atender a premissa de sazonalidade imposta pela Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007, com duração de 2 anos e campanhas semestrais.

Projeto de Prevenção a Acidentes com a Fauna

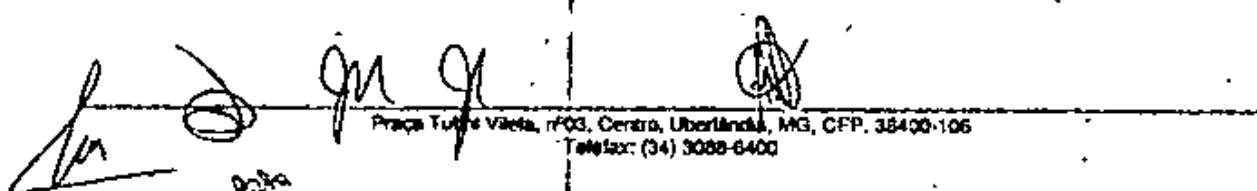
Este programa tem por objetivo minimizar o impacto das atividades de corte e colheita sobre a fauna silvestre, tendo como ações principais:

- Implantar sinalização nas vias internas, em especial nas proximidades com os remanescentes de vegetação nativa, indicando a presença de animais silvestres e indicando a necessidade de redução da velocidade.

Algumas vias internas da propriedade também são utilizadas por moradores circunvizinhos, sendo ainda atravessada por uma estrada municipal. Considerando a potencialidade da área em abrigar uma diversidade expressiva de fauna, sugere-se que sejam implantados alguns mecanismos de advertências aos trafegantes nas proximidades com os fragmentos de vegetação nativa, conforme citado abaixo:

- placas de sinalização da presença de animais silvestres;
- redutores de velocidade (carnalhões / curvas de nível nas estradas).

8.5 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA





As atividades previstas para a execução do PEA contemplam o planejamento executivo das atividades a serem desenvolvidas, palestras educativas para o público-alvo interno (colaboradores da propriedade) com distribuição de materiais lúdicos para o público-alvo externo (produtores rurais de entorno).

No entanto, devido a publicação da Deliberação Normativa COPAM n. 214/2017, deverá o empreendedor promover a adequação das ações e do respectivo Programa no prazo de 1 ano, sem prejuízo das ações já programadas até a efetiva alteração do PEA.

9. Compensações

A compensação ambiental prevista no artigo 36 da lei nº9.985/2000, consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos casos de atividade de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação da natureza integrantes do grupo de proteção integral.

A compensação ambiental possui caráter nitidamente econômico. A lei, ao determinar a fixação do percentual da compensação de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento, artigo 36 § 1º, acaba por inserir a variante ambiente do planejamento econômico do empreendimento potencialmente poluidor. No entanto, a cobrança da compensação ambiental fundamenta-se no estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório-EIA/RIMA.

10. Controle Processual

O processo se encontra formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

Neste processo se encontra a publicação em periódico local ou regional do pedido de Licença, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/95, bem como Cadastro Técnico Federal – CTF.

O local de instalação do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais, de acordo com declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Prata-MG.

O empreendimento possui as certidões negativas de débitos ambientais em atendimento ao art. 11, I, e art. 13, ambos da Resolução 412/2005 da SEMAD.

Nos termos do Decreto Estadual 44.844/2008 (alterado pelo Decreto nº 47.137/2017), o prazo de validade da licença em referência será de 10 (dez) anos



11. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba sugere o DEFERIMENTO desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em caráter Corretivo, para o empreendimento SOUZA CRUZ S/A - Fazenda BURITI DA PRATA para a atividade de "Silvicultura", no município de Prata /MG pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser decididas pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do TMAP conforme determina o art. 4º, VII da Lei 21.972/2016, observado o disposto no Decreto nº. 46.967/2016 art. 2º, inciso I.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas no final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima consta do certificado de licenciamento a ser emitido.

11. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da SOUZA CRUZ S.A - FAZENDA BURITI DA PRATA

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) SOUZA CRUZ S.A - FAZENDA BURITI DA PRATA

Anexo III. Relatório Fotográfico da SOUZA CRUZ S.A. - FAZENDA BURITI DA PRATA



ANEXO I

Condiclonantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da Souza Cruz S.A – Fazenda
Buriti da Prata

Empreendedor: Souza Cruz S.A Empreendimento: Fazenda Buriti da Prata CNPJ: 33.009.911/0261-03 Município: Prata/MG Atividade(s): Silvicultura Código(s) DN 74/04: G-03-02-6 Processo: 3830/2004/001/2015 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatórios <u>semestrais</u> dos programas a serem desenvolvidos em fase de operação do empreendimento: - Programa de Conservação dos solos; - Programa de Educação Ambiental;	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 90 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria do IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	90 dias contados a partir do recebimento da Licença
03	Executar monitoramento da fauna terrestre (avifauna, mastofauna e herpetofauna) <u>semestralmente</u> , respeitando a sazonalidade. Obs: Apresentar <u>anualmente</u> , até o 20º dia do mês subsequente, à SUPRAM TMAP os relatórios conclusivos das campanhas realizadas com a curva do coletor.	Nos 02 (dois) primeiros anos da vigência da Licença Ambiental
04	Executar o monitoramento dos recursos hídricos, <u>semestralmente</u> , conforme Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos apresentado no EIA-RIMA, respeitando a sazonalidade. Obs: Apresentar <u>anualmente</u> , até o 20º dia do mês subsequente, à SUPRAM TMAP os relatórios conclusivos das campanhas realizadas.	Nos 02 (dois) primeiros anos da vigência da Licença Ambiental
05	Apresentar Relatório Técnico-Fotográfico, com ART, comprovando a evolução da execução do projeto de recuo dos talhões de eucalipto existentes em APP, bem como o Projeto Técnico de Recomposição da Flora, conforme projetos e cronograma apresentado nos estudos ambientais;	Semestralmente
06	Apresentar Relatório Técnico-Fotográfico, com ART, comprovando a instalação das canaletas e Caixa Separadora de Água e Óleo – CSAO para a área de lavagem de veículos;	180 dias
07	Relatar à SUPRAM TMAP todos os fatos ocorridos no empreendimento, que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após a constatação.	Durante a vigência da Licença Ambiental
08	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença Ambiental
09	Realizar a adequação do PEA (Plano de Educação Ambiental), conforme diretrizes estabelecidas na DN COPAM 214/2017	1 ano

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na imprensa Oficial.



Obs. 1 - No caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração do seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, com antecedência mínima de sessenta dias em relação ao prazo estabelecido na respectiva condicionante.

2 - A comprovação do atendimento aos termos destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (is) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

3 - Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf, acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.

4 - Os laboratórios impreterivelmente devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 167, de 29 de junho de 2011.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da Souza Cruz S.A – Fazenda Buriti da Prata

Empreendedor: Souza Cruz S.A
Empreendimento: Fazenda Buriti da Prata
CNPJ: 33.009.911/0261-03
Município: Prata/MG
Atividade(s): Silvicultura
Código(s) DN 74/04: G-03-02-6
Processo: 3830/2004/001/2015
Validade: 10 anos Programa de Automonitoramento

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente à SUPRAM TM AP, até o 20º dia do mês subsequente ao vencimento, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2- Reciclagem
- 3- Aterro sanitário
- 4- Aterro industrial
- 5- Incineração
- 6- Co-processamento
- 7- Aplicação no solo
- 8- Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9- Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-TM/AP, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.



Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos da construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n. 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

2.0 - EMISSÃO VEICULAR

Realizar durante a vigência da Licença de Operação Corretiva a Autofiscalização da Correta Manutenção de Frota de veículos movidos a Diesel quanto à emissão de Fumaça Preta, nos Termos da Portaria IBAMA nº. 85/1996 (conforme diretrizes constantes no Anexo I da portaria).

Relatórios:

Enviar anualmente à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente ao mês de vencimento, Relatório Técnico de Controle da Emissão de Fumaça dos veículos em circulação para atendimento à Legislação Ambiental em vigor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico da Souza Cruz S.A – Fazenda Buriti da Prata



Foto 1- Área de cultivo de eucalipto



Foto 2- Sede do empreendimento



Foto 3- Lençóis de eucalipto cortado



Foto 4- Ponto de Apoio à trabalhadores no campo

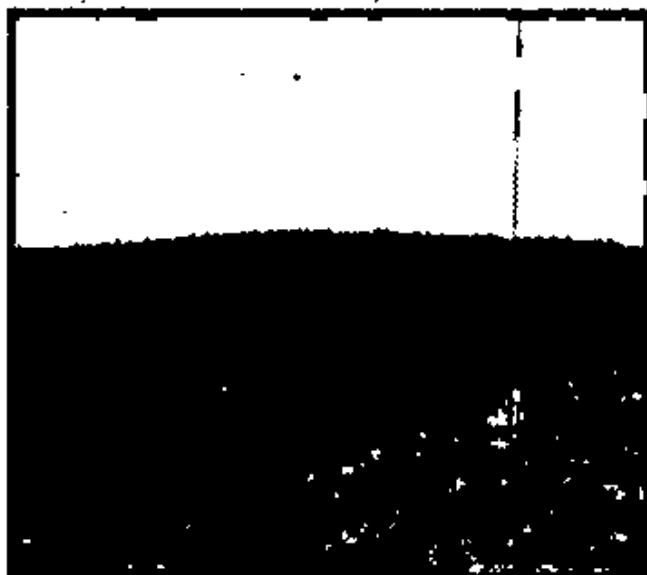


Foto 5- Área da Reserva Legal



Foto 6- Área de Abastecimento de veículos



Foto 7- Fossa séptica



Foto 8- Depósito de óleo lubrificante

Assinaturas manuscritas